

uma publicação especializada em medicina, que a tuberculose, que já foi um grande flagelo para o povo, continua matando, no Brasil.

Sabemos que ela ocorre em todas as regiões do mundo. Mas em alguns países, onde o controle é mais rígido e as condições alimentares e de vida melhores, o índice de mortalidade e de morbidade é baixíssimo. Pensávamos que o Brasil estivesse entre eles. Tínhamos a ilusão de que nenhum brasileiro estaria morrendo sob a ação dessa moléstia.

Esta constatação nos deixou assaz preocupados. A morbidade, segundo a publicação a que nos referimos, não é maior em virtude do cuidado que os serviços de saúde esquematizaram a exercer sobre a moléstia. Mas sabemos que a suscetibilidade à tuberculose é geral, ainda que seja o risco maior de contrair a doença em crianças antes dos três anos, menor no fim da infância, voltando a aumentar nos adolescentes e adultos jovens.

Os especialistas admitem que a suscetibilidade aumenta bastante entre as pessoas de peso inferior ao normal ou desnutridas; entre indivíduos acometidos por doenças pulmonares crônicas, nomeadamente sílicose, diabéticos e indivíduos gastrointestinizados, além de alcoólatras e pessoas submetidas à imunodepressão química — aqueles que tomam drogas imunossupressoras — ou a qualquer outro tipo de depressão do sistema imunitário.

Ressaltam também que a tuberculose pulmonar progressiva surge quase sempre como reativação de um foco latente, isto é, em condições especiais provocadas pela má alimentação, quimioterapia ou imunodeficiência adquirida — o foco adormecido entra em atividade e surge a doença. Geralmente, a tuberculose tem início insidioso, mas também pode apresentar rápida evolução. O estado clínico é determinado pela presença ou ausência do bacilo da tuberculose no escarro e também pelo comprometimento visualizado através de RX de tórax. Muitas vezes as alterações radiológicas ocorrem antes de qualquer manifestação clínica, e os sintomas já localizados de tosse, rouquidão, dor torácica e hemoptise costumam aparecer na fase avançada da doença.

A tuberculose extrapulmonar é muito menos freqüente do que a pulmonar e compreende a meningite tuberculosa, a tuberculose miliar disseminada e a tuberculose óssea e articular, além da localizada nos mais diversos órgãos que não o pulmão.

O tratamento específico para tuberculose é eficiente e tanto mais rápido e seguro quanto mais precoce o diagnóstico. Por isso é de fundamental importância um programa contínuo de esclarecimento, a fim de que a procura sistemática do serviço especializado seja efetiva e a detecção de doença ocorra rapidamente. Esta providência evitará, com certeza, que a moléstia continue a fazer vítimas no País.

Por isso, Sr. Presidente, gostaríamos de alertar os setores de saúde de todo o País, a fim de que possamos nos livrar de mais este fantasma que ronda a vida do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. FURTADO LEITE (PFL — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebi do Presidente do Sindicato dos Hospitais e dos Estabelecimentos de Saúde que prestam serviços à Previdência Social, comunicação de que esta se encontra em atraso, há aproximadamente quatro meses, com o pagamento das prestações de serviços daquelas instituições ao Ministério.

As mencionadas entidades me fizeram um apelo para interceder junto ao Governo e solicitar sua interferência, com toda urgência, no pagamento a seus credores.

Informam ainda os dirigentes dos hospitais, especialmente os filantrópicos, que sem uma solução imediata para a liberação dos recursos que lhes são devidos serão obrigados a cerrar suas portas, pois com o elevado custo dos medicamentos e o aumento dos salários não há mais possibilidade de continuarem prestando seus relevantes serviços, principalmente ao doente carente. Em cidades do interior cearense, onde existe apenas uma unidade de saúde na sede do município, sendo adotada esta medida, por culpa do Governo, o doente não tem outra opção.

Acredito que o Presidente Sarney não deve estar acompanhando problemas dessa natureza, como tam-

bém não deve estar sendo informado, pelo responsável pelo setor de saúde, da gravidade da situação.

Faço desta tribuna um apelo ao Sr. Presidente da República, José Sarney, e ao Ministro da Presidência e Assistência Social, Jáder Barbalho, para que adotem providências com a maior urgência.

O SR. VALMIR CAMPELO (PFL — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a cidade satélite do Núcleo Bandeirante completará 32 anos de existência no próximo dia 19.

Cidade histórica dos primórdios da construção de Brasília, o Núcleo ficou conhecido com o nome de Cidade Livre e constituiu o primeiro acampamento dos operários e engenheiros que executaram os fabulosos projetos de Lúcio Costa e Niemeyer.

Após três décadas de existência, o Núcleo Bandeirante apresenta hoje uma população estimada em 50.000 habitantes. Suas ruas asfaltadas e a disposição geométrica do traçado urbano não conseguiram, entretanto, esconder a lembrança dos tempos heróicos da construção da nova capital. Diversas construções, edificadas com madeiras no final dos anos 50, ainda guardam em suas estruturas carcomidas pelo tempo, os ecos de uma saga que constitui o orgulho dos bravos bandeirantes do século XX, que ali aportaram com a missão de construir uma obra monumental.

Palco de muitas histórias, o Núcleo Bandeirante constitui um vasto acervo da memória pública de Brasília, cuja importância não podemos olvidar.

Nos tempos atuais, sua realidade não é diferente da que ocorre das demais Cidades Satélites de Brasília. Ao lado do testemunho vivo das lutas dos primeiros anos convivem problemas comuns a todos os núcleos urbanos do Distrito Federal.

O Núcleo Bandeirante se debate com problemas de infra-estrutura urbanística precária e ainda está a exigir a definição de um plano racional de expansão urbana que lhe permita resolver a situação de agrupamentos humanos irregulares, tais como a Velhacap, Vila do IAPI, Placa da Mercedes e outros, bem como regularização de novo setor para as oficinas mecânicas e similares.

Não está, também, imune ao problema de transporte, às precárias e insuficientes redes de ensino e saúde, além de não apresentar atividade econômica capaz de absorver a mão-de-obra disponível.

Ainda falta ao Núcleo Bandeirante, como cidade histórica de Brasília, ver reconhecida, por parte do Governo local, sua verdadeira importância no contexto cultural de Brasília.

Por isso, na semana em que se comemora o seu 32º aniversário, quero juntar aos cumprimentos que expressei agora aos pioneiros ali residentes o meu apelo ao Governo do Distrito Federal, no sentido de aquela Cidade, de tão singular significado histórico, receba melhores atenções e mais prioridade na solução dos inúmeros problemas que afetam.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO BALESTRA (PDC — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados, estamos em pleno mês de dezembro de 1988, ano que foi marco de acontecimentos importantes e inesquecíveis para a vida de todos nós brasileiros: primeiro, a promulgação da Constituição Federal; segundo, a criação do Estado do Tocantins; e, terceiro, eleições municipais e em todos os níveis no recém-criado Estado do Tocantins.

Outro marco inesquecível também para esta Casa, assinalado no mês de dezembro, é, sem dúvida, a data de hoje, por ser de uma significação marcante, já que é a última vez que comparece a esta sessão legislativa, como integrante da Casa, essa figura querida de homem simples, bom, justo, colega exemplar, pai e marido inigualável, além de político dinâmico, que tanto dignificou e brilhou neste plenário.

A figura a que me refiro é, sem dúvida, o do insigne Deputado Siqueira Campos, filho do Nordeste, mas que adotou definitivamente Goiás, atual Tocantins, como seu Estado de origem, como o seu lar.

Siqueira Campos, líder carismático de grande poder de penetração, trabalhador incansável em lutas memoráveis para que hoje tivéssemos mais um Estado da Federação — Tocantins — é homem de temperamento forte, às vezes até polêmico, tribuno atuante e vigoroso. No entanto, não polemizou, não discutiu, soube ser

humilde, firme, consciente de que somente com habilidade e sua constante presença na tribuna desta Casa conseguiria efetivar o tão acalentado sonho de milhares e milhares de nortenses — a emancipação do Tocantins.

Sua trajetória foi árdua. Seu trabalho foi incansável. Sua luta constante. No entanto, ele estava convicto de sua força e acreditava que lá estava a Terra Prometida, a Canaã dos tempos modernos.

Como bravo estrategista à frente de invencível exército sem armas, bem tem sabido haurir, na palavra evangélica de Jesus, a direttriz perfeita de suas ações: "Não nos cansemos de fazer o bem, pois a seu tempo colheremos": Tais palavras encontraram no coração de Siqueira Campos uma lavoura, mais do que bem preparada, de onde germinou todo o trabalho, toda a assistência moral, social e política para o grande bem-estar do seu querido povo tocaninense e de todos os brasileiros.

É preciso que se diga, Srª e Srs. Deputados, que Siqueira Campos, nesses 17 anos de mandato como representante do povo goiano, sempre teve um comportamento franco, honesto, leal e do mais profundo respeito pelas seus companheiros, amigos, funcionários e por todos os que o cercam, dos mais humildes aos eventuais adversários.

Autor de inúmeros projetos de lei, sempre se destacou pela sua simplicidade aliada à erudição de seus votos e inúmeros pronunciamentos feitos em defesa de seu povo e de todos os brasileiros.

Sua posse, em 1º de janeiro vindouro, como primeiro Governador eleito do Tocantins, faz com que esta seja sua última participação, nesta legislatura, no plenário desta Casa.

O fato é expressivo, nos emociona e nos conduz à reflexão.

O mesmo sentimento que empolga o seu coração, eminente político e amigo, Siqueira Campos, nos envolve e nos domina.

Também como líder do Partido Democrata Cristão este ilustre homem se afastará temporariamente. Esse partido, que tem como lema "Na democracia cristã o sol nasce para todos", e ao qual temos a honra de pertencer, muito deve a Siqueira Campos.

É, portanto, essa figura de homem público, com relevantes serviços prestados à Nação brasileira, que hoje reverenciamos, com esta homenagem, certo de que lá no Tocantins haverá de continuar honrando as tradições desta Casa, circunstância que nos leva a desejar-lhe muitas felicidades, por tudo que fez e continuará fazendo pelo nosso Brasil.

Seja feliz, Governador Siqueira Campos, ao lado do seu povo e de sua digna e bela família.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez assumo esta tribuna — missão e honra que é conferida aos representantes do povo nesta Câmara Federal. Aqui e agora, quando se encerram os trabalhos legislativos do corrente ano, retomo a palavra em nome do povo que me deu missão e honra. Aqui e agora desejo agradecer e despedir-me.

Para esta Casa vim por decisão soberana dos cidadãos do Recife e de Pernambuco. Vim para defender interesses que não são pessoais. Vim, sobretudo e especificamente, ajudar a construir uma nova ordem constitucional, cujo pilar é a constituição promulgada em 5 de outubro último.

Vinte e um meses são passados desde o início dessa tarefa constituinte. Vinte e um meses de trabalho árduo, no qual me empenhei, ao lado de quase todos aqueles a quem foi delegada missão igual. Foi uma jornada a um só tempo única e plural. Única, pela conjunção do objetivo final; plural pela integração de ideologias, partidos, perspectivas e metodologias distintas, freqüentemente conflitivas.

Construimos, no debate contraditório que é próprio do método democrático, um texto de conteúdo polêmico, em que se mesclaram, de um lado, a tendência ao tradicional e, do outro lado, a força motora da renovação e da transformação. No final, analisado o produto, vê-se nele espelhado menos o imobilismo conservador e mais, muito mais, o anseio de mudança. Por isso, após participar da elaboração do novo texto constitucional, na oportunidade em que assinava os autógrafos da Constituição, tive a convicção de que o gesto

que praticava era o símbolo do dever cumprido perante a Nação e perante a história.

Diz o texto bíblico: "Pelos frutos os conhecereis". O fruto do esforço comum, que foi e é a nova Constituição, é fruto adequado a um Brasil novo. Não é o fruto desejado por cada um, subjetivamente, nem poderia sê-lo. É o fruto da vontade soberana da Assembleia Nacional Constituinte, que é, por natureza, de formulação plural, definida por consenso ou maioria.

Tenho certeza de que o fruto há de sazonar, porque traduz os anseios majoritários do Brasil real. Seus efeitos começam a palpitar nas ruas e nos caminhos, a permear a cidade e o campo, a fertilizar as idéias e a sustentar ideias. Numa síntese, a Nação começa a deixar de ser governada pelo Estado e passa a ser governante.

Não que o texto aprovado seja obra perfeita. A democracia, exatamente porque é um processo social, submete-se às mutações do tempo social e histórico. Por isso, como a própria democracia, a Constituição deve ser sempre reexaminada e adaptada em face das emergências.

Cumprimos, Srs. Deputados, nossa missão com honra. Combatemos o bom combate. De minha parte, dei de mim o melhor esforço, em todos os momentos. Defendi teses desta tribuna. Participei das negociações que foram tão úteis e necessárias para dirimir contendas e antinomias e, mesmo, para clidir impasses. Produzi emendas, muitas das quais incorporadas ao corpo constitucional. Votei sempre com a convicção de estar praticando um ato cuja sacralidade não poderia ser manchada pela prevalência dos interesses pessoais.

Durante três meses ausentei-me desta Casa para assumir o Ministério do Interior. Retornei rapidamente, em gesto que então expliquei aos meus pares, do alto desta tribuna. Um gesto ousado de inconformismo e inadaptação aos descaminhos e tergiversações do Governo.

Agora, mais uma vez, deixo esta Casa. Mas desta vez por determinação direta do mesmo povo que aqui me trouxe. Eleito prefeito do Recife, em pleito memorável pelas suas características, devo, inelutavelmente, obedecer à vontade soberana dos recifenses. Volto ao governo de minha terra.

Não quero, entretanto, no momento em que me despeço dessa Câmara Federal, deixar de praticar o gesto, profundamente nordestino e recifense, de expressar a gratidão devida. Aqui cumpro o dever e me sinto, por isso, gratificado. Aqui aprendi de vida pública. Aqui vivi com a mais democrática das instituições. Aqui convivi com gestos da mais alta nobreza humana e do maior sentido cívico. Nesta Casa, muito mais transparentes são as virtudes que os defeitos — uns e outros inevitavelmente presentes entre os homens.

Agradeço a todos e a cada um a oportunidade do aprendizado e da vivência. E de todos e de cada um me despeço, para colocar-me à disposição, na Prefeitura da cidade do Recife, onde continuarei a servir sem me servir, como sempre procedi em minha vida pública.

O SR. PAES LANDIM (PFL — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tive a satisfação de ser Patrono da Escola Agrotécnica Deputado Hugo Napoleão, da minha cidade natal, São João do Piauí.

A escola homenageia o nome do Deputado Hugo Napoleão, avô do atual Ministro da Educação Hugo Napoleão, e que se impôs na política piauiense, ao longo de muitos anos, pelo exercício da grandeza humana e sobretudo pela firmeza de atitude.

A escola vive hoje uma situação difícil. Criada no Governo Hugo Napoleão, atual Ministro de Educação, a Escola Agrotécnica de São João do Piauí completou o curso da sua primeira turma graças aos desprendimento do seu Diretor, Jeová Lústosa, e dos seus abnegados professores, com salários ridículos e condições precárias de trabalho. Reitero desta tribuna o apelo, já dirigido ao Ministro Hugo Napoleão, afim de autorizar os estudos necessários à federalização da escola.

Já tive oportunidade de dizer ao Ministro da Educação que quatro regiões geoeconômicas do Piauí necessitam da criação ou da manutenção, pela União, de escolas agrotécnicas no Piauí, Estado vocacionado para a agropecuária. Além de Bom Jesus, no Vale do Gur-

guá, onde já existe um Colégio Agrícola agregado à Universidade do Piauí e, portanto, na órbita federal, três outras regiões, em meu Estado, têm vasto potencial agrícola, que poderá ser impulsionado e incrementado, se contar com técnicos agrícolas capacitados a orientar e promover o melhor aproveitamento do nosso setor rural. Picos, pujante centro agrícola do Piauí; Luzilândia, no Vale do Parnaíba; e São João do Piauí, em pleno semi-árido, no Vale do Fidalgo e o maior lençol freático do Estado. A Escola Agrotécnica Deputado Hugo Napoleão, se devidamente incorporada ao Governo Federal, terá todas as condições de ser a alavanca da modernização da agricultura de toda uma área de mais de duzentos mil habitantes, pela irradiação da escola em todos os municípios que compõem o Vale do Fidalgo e os baixões do alto Camindé.

São João do Piauí já tem, por sinal, um laboratório por excelência para as atividades da Escola Agrotécnica Deputado Hugo Napoleão, que é o campo de pesquisas e de experimentação agrícola da Embrapa, condição indispensável para uma escola agrotécnica ser o centro de exclusiva dedicação profissional à agricultura e não, como só ia acontecer, mero degrau para os cursos universitários.

Espero, aliás, no início do próximo ano legislativo, no Grande Expediente, discutir sobre a crise do ensino público o fundamental primeiro e segundo graus, em particular, em nosso País, atestando a miopia da nossa elite dirigente em relação ao mais grave problema da Nação, que envolve a própria estabilidade das instituições democráticas.

Hoje, Sr. Presidente, resta-me, apenas desta tribuna, renovar o meu apelo ao Ministro Hugo Napoleão, com quem já conversei várias vezes sobre o assunto, cuja sensibilidade para a nossa tese, ora esposada, é inquestionável. Até porque, Sr. Presidente, nenhuma homenagem melhor seria prestada ao Deputado Hugo Napoleão, de visão cosmopolita, mas profundamente telúrico, do que tributar-lhe em pleno sertão do seu Piauí, com uma escola agrotécnica à altura de seu nome.

O SR. MILTON BARBOSA (PDC — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Deputados, há, infelizmente, um consenso sobre a relativa incapacidade do aparelhamento governamental quanto à má distribuição de recursos destinados aos setores de relevante importância para a segurança e o bem-estar do nosso povo. Um deles é o concernente à manutenção de nossas rodovias.

A precária situação das estradas de rodagem em nosso País constitui-se, hoje, em grave empecilho para o desenvolvimento nacional.

Os 48.700 quilômetros de rede rodoviária federal sob jurisdição do DNER apresentam 24% de sua extensão em péssimo estado de conservação, e são diversos os trechos interditados sem condição de tráfego.

Há necessidade da conservação das nossas rodovias, que, a continuarem desassistidas como vem sendo, se tornarão intransitáveis, se isso obstacularizará de forma irremediável o tráfego de veículos, com graves prejuízos para a Nação. E, pois, mais um item a contribuir para a sobrecarga inflacionária e o atraso do desenvolvimento de nosso País.

O minguado orçamento para 1989, aprovado pelo Congresso Nacional, na parte destinada à manutenção da rede rodoviária federal, é de apenas 65,6 bilhões de cruzados, o que pouco significa, uma vez que a demanda anual de recursos para a manutenção da referida rede é de 162,1 bilhões de cruzados. Há, portanto, necessidade de recursos adicionais da ordem de 96,5 bilhões de cruzados.

No entanto, Sr. Presidente, esta alocação de recursos só surtirá os efeitos desejados, no que tange ao conforto e segurança dos usuários, se houver, paralelamente, uma conscientização e educação dos nossos motoristas.

Não resta dúvida de que as estradas em mau estado de conservação acarretam desastres e elevam ainda mais o índice de acidentes, mas boa parcela das mesmas é causada pela imprudência e incapacidade dos que por elas trafegam.

Lamentavelmente, o índice de acidentes ocorridos nas estradas brasileiras é um dos mais elevados do mundo. Para se ter uma pálida idéia, em 1986 houve 1 milhão de acidentes, com 25.000 mortos no local.

Hoje, a cada instante tomamos conhecimento de mais um acidente fatal, geralmente com mortes trágicas, tendo como palco nossas estradas de rodagem.

Como exemplo, registro a morte trágica da missionária sueca Elly Josefson, que há mais de 10 anos vinha prestando relevantes serviços à cidade de Itaberaba, Bahia, na área social.

Elly teve sua vida ceifada no trânsito, quando se dirigia de Itaberaba para Feira de Santana, num choque ocorrido com um caminhão, que, sem aguardar no acostamento, atravessou cegamente a estrada. E o pior de tudo é que, burlando a lei dos homens, por incrível que pareça o imprudente motorista não foi incriminado!

Como exemplo mais recente, o terrível desfecho que teve o acidente ocorrido com a equipe do SBT, terça-feira desta semana, quando cinco pessoas, na flor da idade e produtividade, ficaram sob as rodas de um caminhão de carga pesada, imprudentemente dirigido por um motorista que cochilou ao volante.

Os fatos, na sua cruza, Sr. Presidente, demonstram o terrível clima de irresponsabilidade, de violência e a catastrófica aura de brutalidade que campeiam nas nossas rodovias. Por motivo de desassistência da parte do nosso Governo ou por imprudência dos nossos motoristas vem uma completa negação do direito à vida, à liberdade, à segurança??

Há uma inegável irresponsabilidade, tanto da parte dos usuários como das autoridades responsáveis pelo setor, dominando quadro chocante e brutal com que nos deparamos diariamente.

Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Deputados, reitero, com absoluta franqueza e definição pessoal iniludível na minha condição de Deputado do Partido Democrata Cristão, o pedido para uma urgente providência do Governo no sentido do efetivo atendimento ao setor rodoviário, assim como uma profunda ação, mais enérgica, através de uma severa vigilância e punição mais rígida, contra os infratores das leis de trânsito, para que se possa eliminar do nosso dia-a-dia a violência nas nossas estradas, já que considero tais providências fundamentais para garantir a nossa tranquilidade, e mesmo a credibilidade de nossas autoridades, pois sem isso não pode haver nenhum povo livre, feliz e seguro de si mesmo.

Para os grandes males, os grandes remédios: eis a filosofia secular do indesmentido provérbio!

O SR. PAULO MACARINI (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, a Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Santa Catarina, reunida extraordinariamente na cidade de São Miguel do Oeste, ofereceu ao Ministro da Fazenda sugestões acerca da nova sistemática do PIS e do adicional do Imposto de Renda sobre aplicações financeiras.

O Documento, pela oportunidade, está a merecer registro nos nossos Anais. Ei-lo:

"Embora seja natural a contraposição de posições entre o Estado e os Contribuintes nas questões tributárias, chegando a discussão de ter que ser resolvida pelo Poder Judiciário, há situações em que a coincidência da injustiça, ilegalidade e inconstitucionalidade de imposições do Poder Executivo é tão evidente, que um recuo do Governo, especialmente em uma época de transição legislativa como a que vivemos e onde a colaboração e trabalho conjunto entre o Governo e os Contribuintes é indispensável, seria a melhor solução para evitar restituições forçadas, processos inúmeros e tensões desnecessárias se o nosso problema brasileiro, de todos nós, o principal, o combate à inflação, tem que ser enfrentado-juntando esforço.

Eis pelo que sugerimos e solicitamos de V. Ex^{ta}, se digne estudar e determinar que através de Medida Provisória sejam revogados os Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449/88, por um lado e o art. 2º do Decreto-Lei nº 2.462/88 ao mesmo tempo que o Poder Executivo elabora os correspondentes Projetos para serem apreciados, democraticamente, pelo Poder Legislativo ainda neste ano, nos termos que o Governo ache justo, técnica e financeiramente, para entrarem em vigor ainda em 1989, se isso for necessário.

Trata-se de dois problemas que atingem, as classes produtoras brasileiras e que pela sua inconstitucionalidade e ilegalidade já tem trazido, especialmente o primeiro, inúmeras manifestações pacíficas contra sua aplicação por parte do Judiciário